



USAID
FROM THE AMERICAN PEOPLE

Investimento Privado no Sector de Agricultura em Moçambique

Setembro de 2008

Esta publicação foi produzida pela Nathan Associates Inc. para revisão da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional.

Investimento Privado no Sector de Agricultura em Moçambique

Sumário Executivo

RENÚNCIA DE RESPONSABILIDADES

Este documento foi elaborado graças ao apoio do povo americano através da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O seu conteúdo é da única responsabilidade do autor ou autores, e não reflecte necessariamente os pontos de vista da USAID ou do Governo dos Estados Unidos.

Introdução

O presente documento foi preparado como um estudo de referência para a revisão da despesa pública na agricultura (AgPER), um exercício levado a cabo pelo Ministério de Agricultura e pelo Banco Mundial¹. O documento tem três objectivos: primeiro, analisar a estrutura de dados sobre investimento privado no sector de agricultura em Moçambique; segundo, identificar os constrangimentos para o investimento privado na agricultura; e terceiro, avaliar as implicações da gestão da despesa pública na aceleração do desenvolvimento agrícola.

Em linha com o AgPER, este documento usa a definição da União Africana/NEPAD sobre a agricultura que inclui culturas, pecuária, pescas e silvicultura. O agroprocessamento, apesar de ser classificado como actividade manufactureira, é também abrangido por esta análise através da sua influência no investimento agrícola através da cadeia de valor desde produção agrícola até ao mercado. A análise avalia o investimento em três níveis: investimento directo estrangeiro; investimento comercial por empresas nacionais; e investimento por agricultores de pequena escala.

A secção 2 faz a contextualização do sector de agricultura em Moçambique. A secção 3 examina os dados disponíveis sobre a tendência de investimento na agricultura, fornece sugestões para melhoria da base estatística para monitor a eficácia dos programas do Governo destinados a estimular o desenvolvimento da agricultura. A secção 4 descreve os principais factores que impulsionam ou impedem o investimento na agricultura. A secção 5 conclui com as implicações do papel do Governo em estimular e facilitar o investimento agrícola.

¹ Banco Mundial (Dezembro de 2007), *Aide-Memoire*: Missão preparatória para Avaliação da Despesa Pública para Agricultura (agPER).

Sector de Agricultura em Moçambique

O aumento do investimento e da produtividade na agricultura são vitalmente importantes em Moçambique como base para o crescimento sustentável, redução da pobreza, criação de emprego e aumento dos benefícios do comércio.

Em 2006, a agricultura gerou cerca de 25.5% do PIB em Moçambique². Esta cifra compara-se com os cerca de 30.8% do PIB gerados a 10 anos atrás (Figura 2-1). Esta redução da *contribuição relativa* da agricultura é uma característica normal de um crescimento económico e de uma transformação estrutural de sucesso e não um sinal de estagnação. No sentido contrário, as contas nacionais indicam que o valor acrescentado da agricultura (a preços constantes) cresceu a uma taxa média anual de 5.7% entre 1996 e 2006, tendo acelerado para 7.7% nos últimos cinco anos. Os últimos dados incluem taxas de crescimento de 8% para as culturas agrícolas, 6.7% para a pecuária, 5.3% para a silvicultura, 5.5% para as pescas. O valor acrescentado global da agricultura expandiu em cerca de 74% nos últimos 10 anos. Grande parte do crescimento inicial derivou do reassentamento da população deslocada em virtude da Guerra Civil. Se as estatísticas do PIB forem, no seu todo, precisas, o forte desempenho recente sugere que tem havido um substancial investimento na agricultura (incluindo investimentos em limpeza das terras para uma extensiva expansão de terras cultivadas)³.

Nos últimos 10 anos, a importância da agricultura com fonte para as exportações também decresceu, apesar do forte crescimento em termos absolutos. Este cenário misto resulta do advento de mega-projectos de exportação de lingotes de alumínio, electricidade e gás natural. A Tabela 2-1 mostra o volume de exportações por principais produtos no período de 2000 a 2007 (dados preliminares). Durante este período, o valor em dólares das exportações da agricultura (excluindo produtos pesqueiros) cresceu a uma taxa média de 8.6% por ano e de 77.6% em termos globais. Não obstante, a contribuição do sector nas exportações totais decresceu de 42.6% no princípio da década para 11.4% no ano passado.

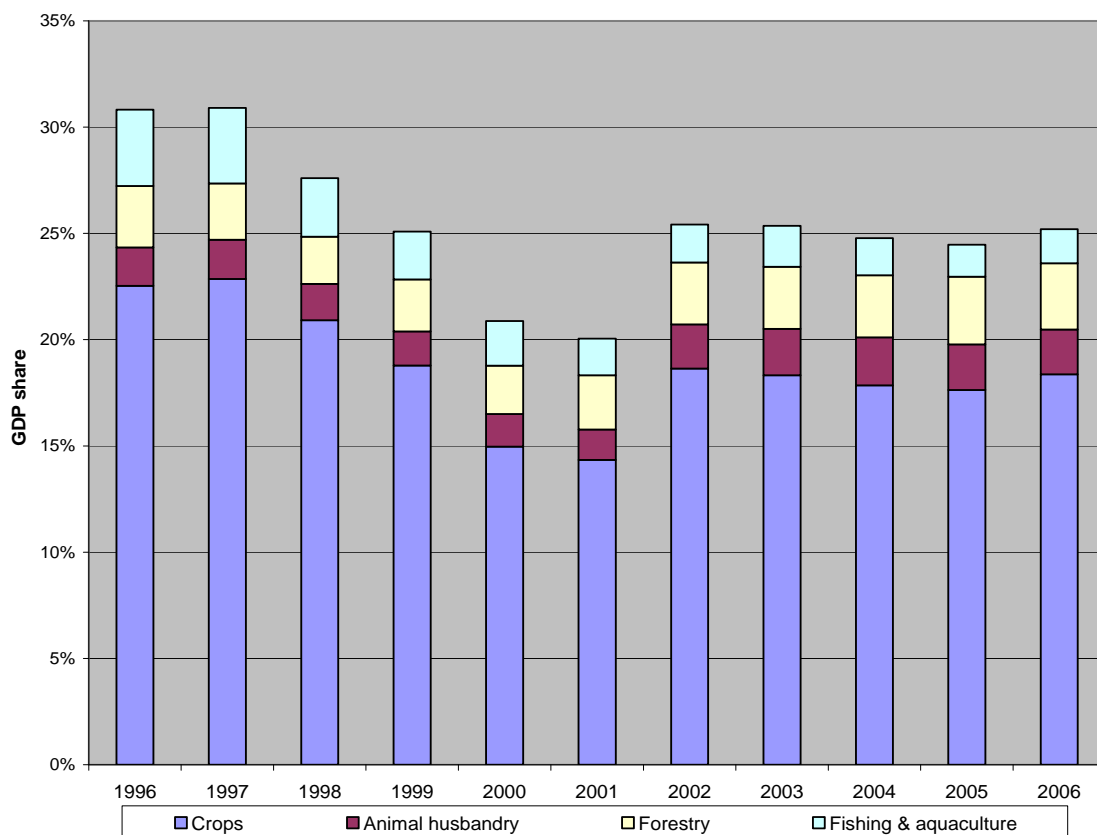
² Os dados do PIB constantes neste parágrafo foram calculados pelo autor com base nos dados providenciados pelo INE.

³ Questões podem ser levantadas sobre a precisão das estimativas do PIB para agricultura dado que a maioria da produção agrícola ocorre no sector familiar.

A redução da contribuição da agricultura no PIB e nas exportações minimiza significativamente a importância do sector no desenvolvimento económico e social. Em 2005, aproximadamente dois-terços da população vivia nas zonas rurais⁴. Aproximadamente 93% destes vivem na base da agricultura, e mais da metade (55.3%), de acordo com Inquérito aos Agregados Familiares (IAF 2002/03) – encontra-se na pobreza absoluta (medida através do consumo)⁵. Quase todos os agregados familiares nas zonas rurais têm a agricultura como a principal fonte de sobrevivência. Ademais, o Inquérito a Força de Trabalho de 2004/05 constatou que a agricultura contribui com cerca de 78.5% do emprego total em Moçambique e 87.3% da população-feminina economicamente activa⁶.

Tabela 2-1:

Valor Acrescentado da Agricultura como percentagem do PIB, 1996-2006



⁴ Banco Mundial. World Development Indicators, 2007

⁵ As estatísticas da força do trabalho são do INE, *Inquérito Integrado à Força do Trabalho (2004/2005), Relatório Final*, 2006. As estatísticas de pobreza são do INE, *Inquérito aos Agregados Familiares (IAF) 2002-03*, citado pelo Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II) do Governo, pag. 2)

⁶ INE, IFTRAB 2004/2005, *op. cit*

Tabela 2-1:

Exportações Principais, 2000 – 2007 (US\$ milhões)

Export product	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2007 Share
Aluminum ingots	60,160	383,100	361,100	567,600	915,011	1,020,547	1,401,315	1,480,218	61.4%
Other	81,394	120,192	172,443	204,892	123,814	196,832	237,149	245,022	10.2%
Electricity	66,979	57,346	107,378	113,268	102,252	141,800	177,820	239,684	9.9%
Natural gas (SASOL)					31,273	100,158	109,606	120,652	5.0%
<i>Shrimp</i>	<i>91,458</i>	<i>92,448</i>	<i>114,241</i>	<i>75,822</i>	<i>91,751</i>	<i>70,888</i>	<i>86,676</i>	<i>62,133</i>	<i>2.6%</i>
<i>Sugar</i>					<i>25,796</i>	<i>37,700</i>	<i>71,351</i>	<i>61,763</i>	<i>2.6%</i>
<i>Tobacco</i>					<i>40,940</i>	<i>43,245</i>	<i>110,337</i>	<i>51,775</i>	<i>2.1%</i>
<i>Cotton</i>	<i>25,495</i>	<i>18,271</i>	<i>15,925</i>	<i>32,442</i>	<i>35,791</i>	<i>56,267</i>	<i>45,691</i>	<i>41,998</i>	<i>1.7%</i>
<i>Wood</i>	<i>14,601</i>	<i>12,559</i>	<i>17,977</i>	<i>20,434</i>	<i>29,967</i>	<i>32,353</i>	<i>35,593</i>	<i>31,903</i>	<i>1.3%</i>
Re-export of fuel					62,800	11,827	31,781	28,707	1.2%
Bunkers				8,046	8,031	5,884	28,742	20,949	0.9%
<i>Cashews, processed</i>	<i>11,946</i>	<i>10,895</i>	<i>16,201</i>	<i>7,438</i>	<i>21,209</i>	<i>17,588</i>	<i>23,678</i>	<i>10,754</i>	<i>0.4%</i>
<i>Cashews, unprocessed</i>	<i>8,399</i>	<i>2,104</i>	<i>1,114</i>	<i>1,499</i>	<i>8,015</i>	<i>5,514</i>	<i>13,010</i>	<i>8,862</i>	<i>0.4%</i>
<i>Maize</i>					<i>3,205</i>	<i>3,185</i>	<i>5,017</i>	<i>5,079</i>	<i>0.2%</i>
<i>Lobsters</i>	<i>269</i>	<i>314</i>	<i>855</i>	<i>455</i>	<i>756</i>	<i>841</i>	<i>1,172</i>	<i>1,219</i>	<i>0.1%</i>
Gold, non-monetary					1,341	464	1,970	1,102	0.0%
Tires	299	4,584	1,501	11,376	1,653	142	182	284	0.0%
<i>Fruit</i>	<i>819</i>	<i>254</i>	<i>110</i>	<i>593</i>	<i>160</i>	<i>21</i>	<i>44</i>	<i>15</i>	<i>0.0%</i>
<i>Copra</i>	<i>2,143</i>	<i>1,067</i>	<i>967</i>	<i>47</i>	<i>95</i>				<i>0.0%</i>
Total Agriculture Exports	155,130	137,912	167,390	138,730	257,685	267,602	392,568	275,502	11.4%
Total Exports	363,962	703,134	809,812	1,043,913	1,503,861	1,745,256	2,381,132	2,412,120	100.0%
Agriculture / Total Exports	42.6%	19.6%	20.7%	13.3%	17.1%	15.3%	16.5%	11.4%	

Source: INE and author's calculations

Com aproximadamente mais de três-quartos dos trabalhadores produzindo apenas um quarto do PIB, é evidente que a produtividade de trabalho na agricultura é mais baixa comparativamente a indústria e serviços⁷. A extremamente baixa produtividade é sintomático de prevalência de insumos e técnicas agrícolas tradicionais de baixo rendimento. O Trabalho de Inquérito Agrícola anual (TIA) mostra que as pequenas explorações familiares representam 99.5% do total da agricultura empresarial. A vasta maioria destas explorações familiares depende de variedades de plantas e técnicas de cultivo tradicionais. Muito poucas utilizam sementes melhoradas, fertilizantes inorgânicos, pesticidas, herbicidas, tração animal ou mecânica, ou irrigação. Este cenário reflecte uma combinação de conjunto de problemas, incluindo fraca educação, fraco acesso a mercados de insumos e de produção, pobres infra-estruturas de todo tipo e fraco acesso a financiamentos. Adicionalmente, a população rural encontra-se geograficamente dispersa, aumentando, assim, os custos e as dificuldades logísticas de providenciar infra-estruturas e serviços de apoio ao mercado.

As diferenças prevaletentes de produtividade entre os sectores implicam que uma transformação estrutural - que envolve a deslocação da mão-de-obra da agricultura para outras actividades - será uma fonte importante para aumento da produtividade e redução da pobreza em Moçambique. Mas existe igualmente uma necessidade premente de uma transformação estrutural no seio do próprio sector agrícola de forma a introduzir técnicas mais eficientes para os pequenos produtores, aumentar a produção de culturas comerciais, bem como facilitar a expansão da agricultura comercial de média para grande escala⁸. Além disso, a transformação da agricultura é também fortemente influenciada pelo desenvolvimento de indústrias de agroprocessamento competitivas e da melhoria da eficiência em toda a cadeia de valor, ligando os agricultores aos mercados a nível nacional, regional e internacional.

Moçambique é abençoado pela abundância de terra, água e sol. Possui igualmente uma localização vantajosa em relação aos mercados regionais e rotas marítimas para a Ásia e Europa; uma abundância de mão-de-obra barata; e uma variedade de zonas climáticas proporcionando condições favoráveis para cultivo de muitos tipos de produtos e em épocas de alta de mercado. As oportunidades parecem enormes, desde a expansão de produtos tradicionais como o milho, açúcar, algodão, caju e coco, até ao desenvolvimento de novas culturas de rendimento tais como biocombustíveis, frutas & horticulturas,

⁷ Os dados sobre o emprego e a composição do PIB dão a entender que a produtividade média do trabalho na agricultura é inferior a um décimo da média de outros sectores. Este enorme diferencial de produtividade é inconsistente com o relativamente pequeno diferencial rural-urbano na incidência da pobreza, o que lança dúvidas sobre a exactidão das estatísticas.

⁸O aumento da produtividade de culturas alimentares básicas nas regiões com fracas ligações aos mercados nacionais ou internacionais pode ter efeito negativo sobre o bem-estar, dado que o excedente das famílias pode provocar uma descida no preço do mercado local em épocas de colheita. Este cenário poderia ser evitado através de uma melhoria dos canais de comercialização, transferindo mais trabalho e terra para as culturas de rendimentos, ou na melhoria da capacidade de aprovisionamento de forma que a produção adicional não inunde o mercado em épocas de colheita.

plantações florestais, soja e outras leguminosas, aves, girassóis e piscicultura⁹. Além disso, os preços no mercado mundial para a maioria destes produtos são muito favoráveis, o que deveria catapultar ainda mais as perspectivas de desenvolvimento.

Por estas razões, o sector de agricultura em Moçambique deveria ser um forte pólo de atracção do investimento nacional e estrangeiro - se o ambiente de negócios fosse favorável. No entanto, persistem ainda sérios obstáculos para o sucesso, tal como evidencia a fraca capacidade do país atrair grandes investimentos para agricultura e agro-indústria, assim como o papel limitado da agricultura comercial em relação ao sector familiar. Neste contexto, o objectivo deste trabalho é o de ver o que se sabe sobre as tendências do investimento privado na agricultura, e avaliar os principais obstáculos para a um progresso mais rápido.

⁹ O mais problemático é o sector das pescas, que se encontra em declínio devido à sobre-exploração dos stocks, especialmente do camarão. O Ministério das Pescas, no entanto, estima que o potencial de captura sustentável de todos produtos pesqueiros situa-se em 240.000 toneladas, em comparação com uma cifra actual de pouco mais de 90.000 toneladas em 2006. Esta estimativa do potencial captura sugere que existe também uma grande margem de crescimento no sector das pescas, apesar do recente fraco desempenho (www.mozpesca.gov.mz/economia.html, acessado 30 de maio de 2008).

Monitoria da Tendência do Investimento Privado na Agricultura

Quais são os factos sobre a tendência do investimento privado na agricultura? Em busca de uma resposta, esta secção analisa seis fontes de dados, com uma ênfase para as deficiências nas estatísticas disponíveis¹⁰. A discussão também identifica possíveis abordagens para melhorar os sistemas de dados existentes, de forma a proporcionar melhor informação para a monitoria da eficácia da despesa pública no desenvolvimento agrícola, estimulando o investimento para o sector.

PROJECTOS DE INVESTIMENTOS APROVADOS

O Centro de Promoção de Investimentos (CPI) produz regularmente relatórios sobre projectos de investimentos aprovados. Os dados cobrem investimentos nacionais e estrangeiros, com uma desagregação por sector, província, distrito, e país de origem, incluindo o capital social proposto, o valor de empréstimos e suprimentos, bem como o número esperado de postos de empregos a ser criados. Os potenciais investidores fornecem esta informação no decurso da aplicação para assistência do CPI e para incentivos de investimento ao abrigo da Lei do Investimento e do Código dos Benefícios Fiscais¹¹. Os incentivos incluem garantias sobre o repatriamento de dividendos e capital, o acesso à arbitragem internacional, isenções de direitos aduaneiros sobre bens de capital constantes da Classe "K" e outros benefícios fiscais para determinado tipos de investimentos.

A Tabela 3-1 e a Figura 3-1 mostram o volume de investimentos na agricultura (incluindo pescas) aprovado pelo CPI ao longo dos últimos cinco anos. O total do investimento no sector aumentou mais de oito vezes, de US\$ 69,5 milhões em 2003 para US \$ 594,3 em

¹⁰ Devido a limitações de tempo, somente as observações gerais foram incluídas relativamente as estatísticas a nível local ou provincial.

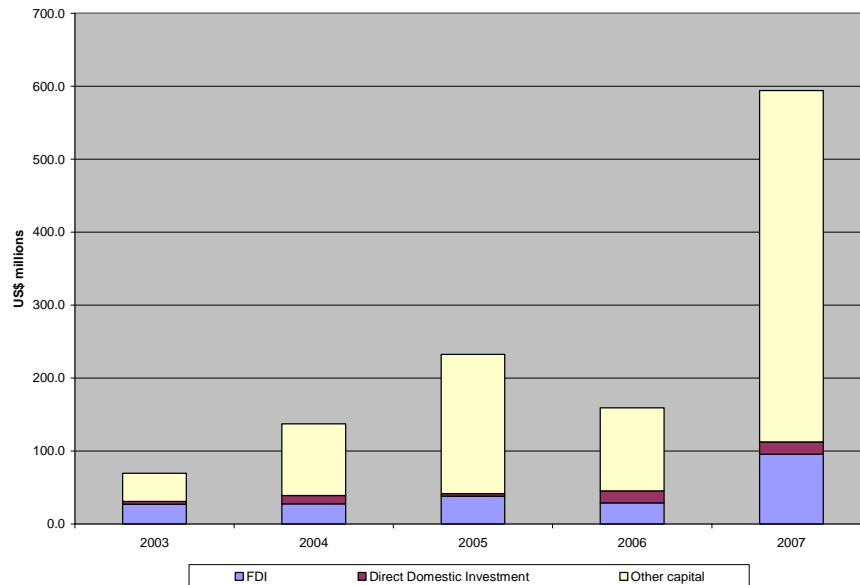
¹¹ A Lei sobre Investimentos é Lei no. 3/93, de 24 de Junho, com respectivos regulamentos. O Código dos Benefícios Fiscais foi aprovado através do Decreto n.º 16/2002, de 27 de Junho. Serviços do CPI estão disponíveis os investimentos nacionais de US\$ 5.000 ou mais de capital próprio e investimentos directo estrangeiros de US\$ 50.000 ou mais (Decreto n.º 36/95, de 8 de Agosto, artigo 6.º). Isto exclui quase todos os investimentos realizados por pequenos agricultores, que, em qualquer caso, é extremamente improvável que satisfaçam as exigências do CPI em termos de documentação ou de suportar os custos de formalização de seus planos de investimento.

2007. O IDE aprovado situou-se entre US\$ 27,2 milhões e US \$ 38,2 milhões, entre 2003 e 2006, tendo subido para US \$ 95,6 milhões em 2007. O investimento directo nacional foi ligeiramente mais baixo, tendo aumentado de US\$ 4,0 milhões em 2003 para US\$ 17,0 milhões em 2007. O capital suplementar (Empréstimos e Suprimentos) excedeu significativamente o investimento directo (capitais próprios) em todos os anos, tendo subido de US\$ 38,3 milhões em 2003 para US\$ 481,7 milhões em 2007¹².

Existem dois principais problemas com as estatísticas do CPI que limitam a capacidade destas de monitorar as tendências do investimento agrícola. Em primeiro lugar, o investimento aprovado não é necessariamente o mesmo que o investimento realizado. Alguns projectos não se materializaram, e aqueles que são realizados podem ser menores ou maiores relativamente ao planificado. Além disso, os dados sobre os projectos aprovados para um determinado ano fornecem pouca ou nenhuma informação sobre o calendário de implementação dos investimentos. Por exemplo, os dados do CPI mostram um aumento de 20 vezes do volume de investimento directo entre 2006 e 2007, de US \$ 276,6 milhões para US \$ 5,76 bilhões. O último valor inclui US\$ 5 bilhões do projecto de refinaria petrolífera de Nacala. No entanto, os relatórios disponíveis referem que “*se espera que o projecto da refinaria comece a funcionar dentro dos próximos sete anos.*”¹³

Figura 3-1

Authorized Investments in Agriculture, by Year and Type (USD ‘000)



Source: Author's calculations from CPI data

¹² O elevado valor em “outros capitais” é largamente influenciado por cerca de US\$510 milhões referentes a um projecto de açúcar em Gaza.

¹³ Fonte: <http://allafrica.com/stories/200805160920.html>, acessado a 17 de Maio de 2008.

Tabela 3-1

Authorized Investments in Agriculture by Year, Province and Type (USD '000)

Sector	Province	2003			2004			2005			2006			2007		
		IDE	IDN	Other capital	IDE	IDN	Other capital	IDE	IDN	Other capital	IDE	IDN	Other capital	IDE	IDN	Other capital
Agriculture & Agro-Industry	Cabo Delgado	50		4001				1,194								
	Gaza				100	20	1,933	16,200	378	1,643	80	52	3,018	35,203	6,055	475,043
	Inhambane	50	38	100	905	0		141	325		239	80		283		
	Manica	410	1,485	6,466	3,084	750	10,822	2,241		1,397	1,100		1,470	531		
	Maputo	14,322	58	3,571	4,019	1,367	3,464	4,344	598	107,829	6,226	1,468	15,380	49,801	6,369	1,144
	Nampula	8,000	26	12,466	1,443		558	50	50	663	0	6,032		50		250
	Niassa				2,305		13,000	1,117	143	66,075	10,000	2,000	68,000			
	Sofala	2,925	553		5,468	8,336	46,911	9,771	2,016	7,240	100	6,709	16,504			
	Tete				1,449		2,050	529			2,350	150				
	Zambézia	353	223	6,912	271	554	3,443	2,102	5	5,720	700	5	9,294		3,026	3,316
TOTAL	26,110	2,382	33,516	19,043	11,027	82,181	37,689	3,515	190,567	20,794	16,495	113,666	85,867	15,451	479,753	
Aquaculture & Fishing	Cabo Delgado				1,995	5	16,000							326	100	
	Inhambane							329								
	Maputo		1,421	2,303									9,450	1,050		
	Nampula	1,000	50	50				175		175						
	Niassa													500		
	Sofala				5,000	372		50		170					10	1,800
	Tete		173	258	1,352	59					8,223					
	Zambézia	50		2,200	277											
TOTAL	1,050	1,644	4,811	8,625	435	16,000	555	0	345	8,223	0	0	9,776	1,560	1,900	
Combined, by type of investment		27,160	4,026	38,327	27,668	11,462	98,181	38,244	3,515	190,912	29,018	16,495	113,666	95,643	17,011	481,653
Combined, all types of investment			69,513		137,311			232,671			159,179			594,307		

Source: Author's computations from data provided by the Investment Promotion Center (CPI)

Note: Other capital = "empréstimos e suprimentos" (loans and aid)

Assim, o grande aumento registado em 2007 não tem qualquer relação com o investimento efectivamente realizado nesse período.

Para resolver este problema, e também para providenciar suporte subsequente aos clientes, o CPI introduziu um processo de visitas pós-aprovação a uma amostra de investidores por cada trimestre. O CPI disponibilizou para o presente estudo os resultados das recentes visitas a investidores na Província de Manica. Dos 50 clientes abrangidos pelas visitas, com projectos aprovados entre 2004 e 2007, 20 não foram encontrados ou não estão operacionais. Entre os 30 clientes com operações activas, 12 tinham excedido o plano de emprego, quatro tinham atingido, e 14 estavam abaixo, no momento das visitas.

O segundo problema prende-se com a desagregação por sector em que se utiliza uma ampla classificação com apenas duas categorias relacionadas com a agricultura: (i) agricultura e da agro-indústria, incluindo silvicultura, e (ii) e da aquacultura e pescas¹⁴. Os relatórios não separam a agro-indústria da agricultura e não fornecem informações por cultura ou produto.

Os dados do CPI sobre o investimento aprovado apresentam uma boa fotografia do interesse dos investidores a Moçambique. Mas não fornecem, e provavelmente não poderiam, uma base sólida para a monitoria da tendência do investimento realizado na agricultura. No entanto, seria útil para a CPI melhorar a qualidade dos dados, através da compilação e divulgação de informações mais pormenorizadas sobre a composição dos investimentos propostos por sector e por produto. O valor dos dados do CPI sobre os investimentos aprovados também poderia ser melhorado através da divulgação ao público das conclusões das visitas pós-aprovação num formato que protegesse a informação do investidor.

FLUXO DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

O Banco de Moçambique (BM) compila dados sobre fluxo de capital estrangeiro para efeito das estatísticas da balança de pagamentos. Os dados são obtidos a partir dos documentos apresentados pelos investidores estrangeiros que devem registar a entrada de capitais para efeitos de qualificação, mais tarde, no repatriamento de dividendos e capital. Assim, os dados do BM fornecem situação real do fluxo de investimentos estrangeiros para complementar os dados CPI sobre o investimento aprovados. Obviamente, esta fonte não fornece nenhuma informação sobre os investimentos nacionais.

Tal como os dados do CPI, as estatísticas de investimentos estrangeiros compiladas pelo BM distinguem os capitais próprios dos capitais provenientes de empréstimos e suprimentos. Tecnicamente, apenas a componente dos capitais próprios representa o Investimento Directo Estrangeiro (IDE). O BM também apresenta a desagregação dos dados por país de origem e por sector.

¹⁴ As estatísticas do CPI incluem outras sete categorias de sectores: indústria; transportes e comunicações; turismo e hotelaria; recursos minerais e energia; banca, seguros e leasing; e outros.

No entanto, A classificação dos sectores é reportada a um alto nível de agregação, existindo especificamente apenas duas linhas relativas à agricultura: um para a Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura, e outra para as Pescas. Além disso, os dados sobre o investimento na agro-indústria constam do sector de indústria manufactureira. O BM não compila dados em pequenos níveis de desagregação. Com as alterações apropriadas no processo de introdução de dados e, eventualmente a revisão dos formulários utilizados para o registo dos fluxos de investimentos estrangeiros, poderá ser possível para o BM compilar estatísticas com maior nível de detalhe, nomeadamente, em termos de sectores e subsectores.

Apesar da obrigação legal dos investidores estrangeiros procederem ao regista da entrada de capitais no BM no prazo de 120 dias após aprovação do projecto, os técnicos do CPI constataram que alguns investidores não têm cumprido com este prazos. Tal pode ocorrer porque estes simplesmente ignoram os procedimentos, são mal aconselhados por um determinado agente, ou optam por não lidar com a extra papelada. Em entrevista, os funcionários do BM concordaram com esta constatação relativa ao incumprimento dos prazos, e referiram ainda terem tentado procurar os investidores aprovados que ainda não se registaram para o fazer de forma a evitar conflitos no futuro sobre a repatriação de capital e dividendos. Apesar das lacunas no cumprimento, a grande maioria dos investidores certamente adere à lei. Assim, os dados do BM provavelmente captem a maior parte dos investimentos estrangeiros, e a tendência pode ser bastante precisas.

A Tabela 3-2 resume o fluxo de investimentos estrangeiros registados pelo BM nos últimos cinco anos. Nenhuma tendência regular emerge dos dados. Entre 2001 e 2007, o total do investimento estrangeiro (IDE mais empréstimos e suprimentos) aumentou de 1,6% para 8,3% do PIB, representando uma média de 5,1%.

O investimento na agricultura, excluindo as pescas, representa uma média de 4,0% do total do investimento estrangeiro, e 0,8 % do PIB da agricultura. Incluindo as pescas, os números respectivos são: 7,3% do total dos investimentos estrangeiros e 1,2% do PIB do sector. Este nível de investimento estrangeiro é demasiado pequeno para representar mais do que uma fracção do crescimento na agricultura como estimado nas contas nacionais. No entanto, é claramente uma fonte importante de crescimento para alguns subsectores, tais como açúcar e frutas tropicais.

CRÉDITO BANCÁRIO PARA AGRICULTURA

O Banco de Moçambique também compila regularmente estatísticas sobre crédito dos bancos comerciais para a economia, desagregando-as por sector, tipo de crédito e províncias. Neste caso, as categoriais sectoriais fornecem um nível razoável de detalhe. Neste particular, os créditos para a agricultura incluem uma sub-desagregação em chá, açúcar, caju, sisal, copra, algodão e outras culturas, bem como pecuária, silvicultura e pescas. Adicionalmente, os dados referentes a indústria manufactureira apresentam separadamente os empréstimos para a agro-indústria, que abrange processamento de produtos alimentares, bebidas e de tabaco. Em relação a utilização dos empréstimos, o BM distingue entre créditos para meios circulantes e créditos para investimento.

A maioria dos apuramentos mostra os créditos em circulação no final de um determinado período; a mudança de um período para o outro é, portanto, uma medida do fluxo líquido de créditos durante o período. O BM também fornece informações sobre os novos créditos brutos, reembolsos e créditos líquidos, por uma classificação sectorial mais ampla¹⁵ e por tipo de empréstimo.

Este conjunto de dados pode ser uma base importante para acompanhar a tendência do investimento agrícola, mas apenas na perspectiva dos investimentos financiados pelo sector bancário. Esta é uma limitação grave dado que os inquéritos às empresas em Moçambique e outros países da região mostram que o sector privado depende muito mais do autofinanciamento e dos lucros retidos do que propriamente dos créditos bancários, particularmente devido a problemas de acesso ao crédito e de taxas de juro elevadas (bem como, a aversão ao risco, que os inquéritos não costumam mencionar). Assim, os dados sobre os créditos bancários não constituem uma medida do investimento total na agricultura, mesmo das empresas formalmente registadas.

Outra limitação é que a classificação dos sectores parece ser problemática. Uma fonte bem informada advertiu fortemente que muitos dos créditos registados como sendo direccionados à agricultura são efectivamente utilizados para outras actividades, tais como transporte, marketing, processamento ou comercialização. Isto é, em parte, um reflexo do facto de empresas agrícolas frequentemente estarem envolvidas nas diversas actividades relacionadas com agricultura. Além disso, o Código de Impostos cria fortes incentivos para os grupos empresariais recorrerem a uma contabilidade criativa para imputar as suas actividades lucrativas como provenientes da agricultura (ver secção IV). Investigações de campo adicionais poderão ajudar a esclarecer em que medida estas considerações minimizam o valor deste conjunto de dados para monitorar os investimentos na agricultura financiados via banca comercial.

Tendo em linha de conta estas constatações, a tabela 3-3 sumariza os dados sobre empréstimos bancários para a agricultura nos últimos cinco anos.

Em termos nominais, o total de crédito para a agricultura (no sentido amplo) aumentou apenas 10,6 % entre Dezembro de 2006 e Dezembro de 2007, e apenas 44,6 % entre 2003 e 2007 - que representa um declínio em termos reais, tendo em conta os 46,5 % da subida acumulada dos preços no período em análise. No final de 2007, os maiores beneficiários do crédito à agricultura foram as pescas, algodão, açúcar, "outros", e caju, sendo que os três primeiros absorveram perto de três-quartos do total do crédito concedido ao sector. Os únicos ramos da agricultura que experimentaram um aumento significativo do crédito em termos reais foram, nomeadamente, as pescas, silvicultura, copra e chá, com as duas últimas a partir de uma base muito pequena. Os créditos para a agricultura também diminuíram em relação ao total de crédito bancário para a economia, apesar de este ter

¹⁵ Este apuramento de BM apresenta apenas uma linha para a agricultura e uma outra para a indústria de formal global.

Tabela 3-3

Credito Bancário por Sector, 2003–2007 (milhões de meticals)

Economic Activity	Dec-03		Dec-04		Dec-05		Dec-06		Dec-07	
	Investment Credit	Total Credit	Investment Credit	Total Credit	Investment Credit	Total Credit	Investment Credit	Total Credit	Investment Credit	Total Credit
1. AGRICULTURE	826.3	1,610.0	694.3	1,363.1	683.6	1,611.1	435.3	1,470.7	451.4	1,836.2
1.1 Tea	-	1.1	-	1.1	-	7.0	-	10.9	-	51.8
1.2 Sugar	253.7	434.0	244.1	394.0	145.4	441.6	69.7	508.8	140.7	507.4
1.3 Cashew	22.5	205.0	3.8	35.9	3.0	79.3	3.5	84.0	19.0	145.6
1.4 Sisal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.5 Copra	29.3	29.3	16.4	22.2	13.5	21.3	2.0	10.3	17.9	92.5
1.6 Cotton	214.2	509.7	257.2	621.5	363.4	713.6	166.5	480.5	135.8	728.6
1.7 Other	293.4	417.7	159.5	275.0	158.3	347.4	193.6	376.3	138.0	310.4
2. ANIMAL HUSBANDRY	48.7	54.3	71.2	76.0	92.8	111.9	38.4	41.4	43.7	57.5
3. FORESTRY	4.7	14.3	3.8	31.7	38.3	51.7	39.4	125.9	12.6	54.6
4. FISHING	43.9	264.3	111.3	366.7	353.9	849.9	491.0	901.9	406.5	861.0
5. EXTRACTIVE INDUSTRY	260.5	270.6	260.8	270.0	474.7	625.9	461.2	1,214.0	339.4	1,027.9
6. MANUFACTURING	1,099.6	2,056.3	875.8	1,724.0	716.4	1,799.5	785.2	2,268.5	967.2	2,952.1
6.1 Food, Beverages, Tobacco	514.3	942.0	383.7	713.9	323.9	840.0	320.9	1,153.0	378.1	1,749.6
6.2 Textiles, garments, footwear	2.8	87.1	32.9	55.8	33.5	39.3	9.9	24.9	6.4	14.6
6.3 Chemicals	10.1	80.8	3.2	21.3	17.6	76.9	17.0	40.1	26.5	69.7
6.4 Metalurgy	149.0	299.2	148.5	291.6	228.5	389.0	179.9	198.5	115.3	164.7
6.5 Other	423.3	647.3	307.5	641.2	112.9	454.2	257.5	851.8	440.8	953.5
7. ELECTRICITY, GAS, WATER	16.9	28.4	17.3	51.7	46.0	159.0	297.2	361.4	478.0	846.4
8. CONSTRUCTUION AND PUBLIC WORKS	312.5	739.4	125.1	492.6	335.0	922.5	602.8	1,443.9	560.8	1,713.8
9. TOURISM	181.8	494.1	323.6	392.2	590.5	844.5	608.2	929.4	520.9	996.0
10. COMMERCE	600.4	2,083.5	752.4	2,575.1	1,951.2	6,255.5	2,193.0	7,020.0	2,759.2	7,292.9
11. TRANSPORT AND COMMUNICATION	549.8	768.1	566.5	818.0	917.6	1,186.6	1,094.2	1,576.2	2,005.4	3,633.9
12. FINANCE	0.3	212.7	0.3	214.3	87.8	565.3	138.9	295.4	195.4	265.8
13. OTHER	2,842.7	5,068.0	2,738.3	4,666.7	3,248.0	5,505.8	4,121.3	7,974.7	5,002.1	8,297.7
CREDIT TO AGRICULTURE (1-4)	910.5	1,929.8	867.3	1,824.2	1,168.7	2,623.7	1,004.0	2,540.0	914.2	2,809.3
CREDIT TO THE ECONOMY	6,788.2	13,664.0	6,540.7	13,042.0	9,536.0	20,489.2	11,306.2	25,623.4	13,742.6	29,835.7
SHARE TO AGRICULTURE	13.4%	14.1%	13.3%	14.0%	12.3%	12.8%	8.9%	9.9%	6.7%	9.4%

Source: Author's calculations using data from the Bank of Mozambique

duplicado ao longo deste período. Consequentemente, o peso do crédito total alocado ao sector de agricultura baixou de 14.2% em 2003 para 9.4% em 2007.

Estreitando o enfoque para o crédito para investimento, constata-se que os créditos para a agricultura foram ligeiramente inferiores em 2007 comparativamente a 2003 em termos nominais, e baixaram em quase um terço, em termos reais, após o ajuste da inflação. Mesmo em termos nominais, o crédito para investimento diminuiu para todos subsectores da agricultura com a excepção de silvicultura e pesca. Agro-indústria também registou um declínio, com o crédito para investimento a reduzir pela metade em termos reais durante este período. Em termos relativos, a agricultura, numa definição mais ampla, representa 6,7% do total de crédito para investimento no final de 2007, o que significa metade dos 13,6% em 2003. A contribuição da Agricultura no total do crédito bancário para investimentos diminuiu muito mais do que a sua contribuição para PIB. Os maiores créditos para investimentos por subsectores, a partir de Dezembro de 2007, foram para as pescas, "outros", algodão e açúcar.

Uma outra perspectiva é que o crédito ao investimento para agricultura representou apenas 2,3% do PIB agrícola em 2006 (últimos dados do ano); se as pescas fossem excluídas, o número seria ainda menor, em 1,2 %. Combinando os dados sobre investimento estrangeiro (a partir de dados BM) na agricultura e os créditos bancários para a agricultura, representaria um investimento no valor de 3,5% do PIB gerado pela agricultura (ou 2,0% excluindo pescas). Tal representa paradigma: Como é possível que o PIB da agricultura foi crescendo a 7.7% por ano nos últimos cinco anos, com tão pequeno investimento em relação PIB do sector? Ou a produtividade da agricultura tem sido crescente, o que é improvável dada a evidência disponível, ou estas das duas fontes de dados omitem o grosso do investimento na agricultura, e mais importante, o investimento pelos pequenos agricultores que será abordado em breve.

INVESTIMENTO PRIVADO NAS CONTAS NACIONAIS

Existem três abordagens para o cálculo do PIB: (i) a soma do valor acrescentado por sector, (ii) a soma dos rendimentos gerados pela produção interna, e (iii) a soma das despesas domésticas sobre bens e serviços finais. A terceira abordagem pressupõe estimar as despesas do consumo privado (C), formação bruta de capital privado (I), a despesa pública em bens e serviços (G), e as exportações líquidas das importações (X-M), gerando a bem conhecida identidade: $PIB = C + I + G + (X-M)$.

Em Moçambique, como na maioria dos países com fraco sistema estatístico, a principal fonte de dados para o PIB são as estimativas do valor acrescentado por sector. Um oficial sénior do Instituto Nacional de Estatística (INE) explicou que o instituto deriva a estimativas do valor acrescentado a partir de dados sobre a produção por sector e dos rácios de aferição de valor acrescentado para produção. O INE obtém dados de produção para 152 categorias de produtos, incluindo 9 na agricultura, mas os rácios de valor acrescentado são aplicados apenas a quatro agregados agrícolas: culturas, produção animal, silvicultura e pescas. O INE não compila os dados sobre valor acrescentado por tipo de cultura.

O nosso interesse imediato, porém, está no termo investimento privado (I) na óptica da despesa, e particularmente no investimento privado na agricultura. O INE estima o investimento privado principalmente a partir de dados sobre as importações de bens de equipamento e construções, dando uma medida que está longe de ser abrangente. Além disso, o INE não compila informações sobre o investimento privado por sector de destino ou de uso final¹⁶. Deste modo, os dados das contas nacionais não podem ser utilizados para medir o investimento na agricultura. É recomendável examinar profundamente os sistemas utilizados para compilar os dados das contas nacionais para avaliar a possibilidade de obter informações mais detalhadas sobre os investimentos por sector de destino.

Outra via para a obtenção de dados detalhados sobre o investimento privado, pelo menos entre as empresas registadas, é através das cobranças dos impostos de rendimentos. As empresas contribuintes têm a necessidade de reportar as despesas de capital para suportar eventuais pedidos de subsídios de investimento e de depreciação. Segundo um técnico do INE, estão em curso discussões com a Autoridades Tributária de Moçambique para que o INE tenha acesso a estes dados para efeitos estatísticos. As restrições legais sobre o acesso a informações fiscais devem ser respeitadas, mas esta não constitui uma barreira intransponível. Os Institutos de Estatísticas, em muitos países, criam procedimentos para obtenção de dados fiscais para fins estatísticos, no entanto, respeitando plenamente às disposições do sigilo fiscal previstas na Lei¹⁷. A qualidade dos dados sobre o pagamento de impostos depende, evidentemente do nível de cumprimento das obrigações fiscais por parte das empresas registadas. No entanto, pode ser a melhor informação disponível sobre investimento do sector formal agrícola.

TRABALHO DE INQUÉRITO AGRÍCOLA

As fontes de dados acima mencionadas não fornecem praticamente nenhuma informação sobre os investimentos realizados por pequenos e médios produtores, apesar de estes serem responsáveis pela maior parte das unidades agrícolas, das áreas cultivadas e da produção agrícolas. No entanto, o Ministério da Agricultura (MINAG) e o INE recolhem dados precisamente sobre este grupo a partir do Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA),

¹⁶ O padrão do INE de apresentação de dados, com forme consta na sua página de Internet, não fornece inclusivamente a desagregação da Formação Bruta de Capital Fixo entre os investimentos do sector público e os do sector privado.

¹⁷ Nos primórdios do desenvolvimento das contas nacionais nos Estados Unidos, no início de 1934, "a única fonte de dados sobre a economia que era mais abrangente eram os dados sobre imposto do *Internal Revenue Service (IRS)*.... "De Steven J. Landefeld, Eugene P. Seskin e Barbara M. Fraumeni (Primavera 2008), " *Taking the Pulse of Economy: Measuring GDP*", *Journal of Economic Perspectives*, Volume 22 Número 2, p. 195. Os autores constataram ainda que existem problemas técnicos na conversão de dados contabilístico em investimento, de cobranças de impostos em medidas que se ajustem aos conceitos das nacionais conceitos.

que tem sido realizado anualmente desde 2002. O inquérito abrange cerca de 6.000 agregados familiares seleccionados através de uma amostra representativa a nível nacional¹⁸.

Devido a restrições de tempo, não vai ser possível examinar os dados do TIA no presente documento, mas o questionário mostra que informação é gerada a partir deste inquérito, bem como, as lacunas destes dados relativamente ao assunto em análise. Do lado positivo, o TIA fornece dados sobre a produção por tipo de cultura com um nível de detalhe e quantidade considerável de informação sobre numerosos tipos de capital físico, humano e de conhecimento. As informações podem ser providenciadas por tamanho das explorações e por região.

Para ser mais específico, os dados do TIA sobre o capital incluem:

- Área cultivada, por cultura;
- Número de árvores de fruta, por cultura, e do número de cajueiros ou coqueiros;
- Número de animais, por espécie;
- Utilização de equipamentos, incluindo tractores e bombas, e uso de sistema de irrigação, por tipo;
- Uso de tracção animal, por espécie;
- Educação e o estado de saúde das famílias;
- Acesso às visitas dos agentes de extensão rural, e conhecimento das práticas de rotação das culturas,
- Uso de sementes melhoradas, por tipo, e uso de insumos comprados tais como fertilizantes, fungicidas, herbicidas, insecticidas (que podem ser considerados capital de conhecimento);

O questionário do inquérito possui apenas duas perguntas que solicitam directamente informações sobre investimentos, cobrindo as novas plantações de cajueiros e coqueiros, e aquisição de gados. O MINAG poderia igualmente obter estimativas de investimento líquido através da tabulação das mudanças anuais dos diversos tipos de capital, sujeito a

¹⁸ Alguns dos principais resultados do TIA e outros dados sobre agricultura, pescas e florestas podem ser obtidos no seguinte endereço: http://www.ine.gov.mz/sectorias_dir.

erro de amostragem¹⁹. Porém, uma melhor abordagem seria incluir no questionário algumas perguntas adicionais sobre o investimento.

Em suma, os relatórios do TIA providenciam uma rica informação sobre a produção das pequenas e médias explorações (mas exclui as grandes explorações). O relatório também fornece dados sobre alguns tipos de investimento, e permite uma estimativa nas outras alterações no *stock* de capital, mas, uma vez mais, somente para as pequenas e médias explorações. O MINAG deveria utilizar o TIA para desenvolver relatórios periódicos sobre o investimento com vista a fazer um melhor uso da informação disponível, e também criar incentivos para melhorias nesta área.

Em 2009-2010, o MINAG e INE vão realizar um novo Censo de Agro-pecuário (CAP), cujo anterior foi realizado há 10 anos. Seria de toda utilidade que o questionário do CAP incluísse perguntas directas sobre os diversos tipos de investimento na agricultura, e harmonizar estas questões com o inquérito do TIA. No entanto, nem TIA nem CAP fornecem dados sobre silvicultura e pescas.

INQUÉRITO AS EMPRESAS

O INE realiza um Inquérito Anual às Empresas (IAE) formalmente registadas, cobrindo as seguintes características das empresas: tipos de produto, níveis de produção e de emprego, custos laborais e operacionais, investimentos em imóveis, maquinarias e equipamentos, veículos e outros bens de capital. Por lei, todas as empresas são obrigadas a responder a este questionário²⁰. Na prática, o INE refere que a taxa de resposta é muito baixa. Além disso, o INE levou a cabo censos especiais de empresas (CEMPRE), em 1998, 2002 e 2006, em parceria com a CTA, mas com uma cobertura muito limitada. Estes instrumentos não providenciam dados sistemáticos sobre investimento privado e muito menos sobre investimento na agricultura.

Com o apoio do *Millennium Challenge Corporation* (MCC) e da USAID, o INE planeia realizar um inquérito de empresas mais abrangente em 2008, cobrindo cem por cento das empresas registadas com 30 ou mais trabalhadores em todos os sectores e áreas geográficas, e uma amostra aleatória estratificada de pequenas empresas nas capitais provinciais e municípios²¹. Portanto, o desenho do inquérito inclui grandes empresas

¹⁹ Para a maioria das variáveis, o erro de amostragem deve ser pequena o suficiente para produzir estimativas aceitáveis. Pecuária e tracção animal são uma excepção, pois seu uso tende a ser muito localizado; No entanto, o TIA pode mostrar uma grandes variações de ano para ano, devido ao erro amostragem.

²⁰ 20 Lei 7 / 96, de Julho de 1996.

²¹ A Direcção de Estatísticas Sectoriais e da Empresa, Instituto Nacional de Estatística, Projecto de Inquérito Nacional as Empresa: A proposta apresentada ao Millennium Challenge Corporation e USAID, 23 de Fevereiro de 2007. O tamanho da amostra será de aproximadamente 1500 empresas.

agrícolas, bem como, agro-indústrias, excluindo as pequenas e médias unidades agrícolas cobertas pelo TIA.

O novo IAE vai recolher dados sobre produção, exportações e emprego, bem como investimentos, activos, passivos e créditos. Se este instrumento vir ser aplicado com regularidade, tornar-se-á na fonte primária de dados para monitoria do desenvolvimento do sector privado, incluindo da agricultura e agro-indústria. O módulo de investimento deve poder fornecer uma desagregação por tipo de formação de capital. Para as empresas agrícolas, e em termos do que ser ideal, o inquérito deveria incluir investimentos em equipamentos, irrigação, outros trabalhos agrícolas, árvores de rendimento e animais, bem como, as categorias básicas cobertas pelo próprio IAE. Seria também útil, na medida do possível, coordenar as questões sobre investimento da agricultura constantes no inquérito das empresas com as do TIA e do CAP.

CONSTRANGIMENTOS AO INVESTIMENTO PRIVADO NA AGRICULTURA

“Investimentos” na agricultura abrangem vários tipos de activos, incluindo:

- Maquinaria e equipamentos;
- Títulos de Uso e Aproveitamento de Terra para a produção agrícola (DUAT);
- Melhoramento da terra e dos solos;
- Sistemas de irrigação;
- Árvore de rendimento;
- Pecuária e aves;
- Tecnologia Agrícola, conhecimentos de boas práticas e de informações sobre o mercado;
- Educação, competências e saúde dos trabalhadores e gestores agrícolas

Em termos globais, existe um conhecimento substancial sobre constrangimentos ao investimento na agricultura nos países em desenvolvimento²², mas não existe, até à data, um estudo sistemático elaborado para Moçambique. O presente documento apresenta uma análise preliminar sobre esta questão, recorrendo a uma revisão da literatura e entrevistas com especialistas e profissionais em Moçambique (ver anexo 1 a lista de contactos). Esta secção do documento aborda esta questão começando por apresentar resumidamente alguns determinantes do investimento privado e, em seguida, descreve os

²² O Banco Mundial produziu três relatórios cobrindo este tema: *World Development Report 2008: Agriculture for development (2007)*; *The rural investment climate: it Differs and it Matters (2006)* and *Agriculture Growth for the Poor: An agenda for Development (2005)*.

mais referenciados constrangimentos ao investimento privado na agricultura em Moçambique.

FUNDAMENTOS DO INVESTIMENTO

Os Investimentos são, geralmente, motivados pelo *retorno esperado* em relação à percepção do *risco e da incerteza*. Os potenciais riscos e retornos, na perspectiva dos potenciais investidores, são determinados principalmente pelas condições do mercado. Ao mesmo tempo, políticas e programas do sector público desempenham um papel extremamente importante na definição das condições do mercado e nas perspectivas do sucesso do investimento privado. O quadro 4-1 enumera as políticas gerais que abordam os determinantes do investimento. No entanto, o crescimento económico não é impulsionado somente pelo nível de investimento, mas também pelo aumento da produtividade. Assim, as medidas destinadas a promover o desenvolvimento da agricultura, ou de qualquer outro sector, devem ser concebidas de forma a estimular investimentos eficientes e competitivos. As Intervenções que promovam projectos ineficientes e não competitivos através de subsídios ou de protecção podem perigar os objectivos finais de desenvolvimento, mesmo que gerem uma resposta positiva no investimento. O quadro 4-2 descreve algumas abordagens genéricas para facilitar o melhoramento dos investimentos produtivos e eficientes.

Quadro 4-1

Políticas Gerais para Promoção de Investimentos

Que políticas poderiam ser usadas para abordar os factores subjacentes as decisões de investimentos na agricultura e em outros sectores? Em primeiro lugar, o retorno do investimento pode ser alavancado através de políticas que visem:

- Melhorar e expandir as infra-estruturas: transportes, telecomunicações, energia e água.
- Manter a estabilidade macroeconómica para reduzir o prémio de risco ao longo da cadeia de valores.
- Investir na educação e serviços de saúde.
- Melhorar os conhecimentos sobre oportunidades do mercado e sobre as tecnologias adequadas.
- Prosseguir com as reformas no mercado financeiro para expansão do acesso e redução do custo do financiamento.
- Reduzir as barreiras ao comércio, a fim de reduzir os custos das matérias-primas e melhorar o acesso aos mercados regionais e globais.

- Reduzir a burocracia através da desregulamentação, da simplificação dos procedimentos, e da reforma da administração pública.
- Manter um sistema fiscal previsível com taxas efectivas de imposto moderadas e com uma administração fiscal profissional.
- Estabelecer leis e instituições para controlar a corrupção (que é uma pesada carga fiscal implícita sobre os negócios).

Os governos podem também estimular o investimento através da redução de risco e da incerteza, através de políticas para:

- Manter a estabilidade macroeconómica (novamente), com uma inflação baixa, um défice orçamental e estrutura de dívida sustentável e uma taxa de câmbio real razoavelmente estável
- Melhorar a fiabilidade dos serviços de infra-estruturas.
- Reforçar as instituições para protecção dos direitos de propriedade, cumprimentos de contratos e controlo do crime.
- Eliminar, tanto quanto possível, a discricionariedade burocrática na aplicação das leis e regulamentos que afectam os investimentos e actividade empresarial, incluindo a legislação fiscal.
- Garantir a repatriação, sem restrições, de capital e dos lucros dos investimentos estrangeiros.
- Minimizar os riscos políticos, respeitando os direitos humanos, instituindo uma governação transparente e participativa, e desenvolvendo processos eficazes de resolução de litígios.

Quadro 4-2

Políticas Gerais para Melhorar a Produtividade

Os princípios económicos sugerem que as seguintes políticas poderiam contribuir para aumentar a produtividade, como um elemento central para as dinâmicas de crescimento:

- Permitir que as decisões sobre alocação de recursos sejam determinadas primariamente através de mecanismos de mercado, a fim de explorar o poder de iniciativa pessoal e de auto-interesse.
- Investir no capital humanos, incluindo cursos específicos, técnicos e de gestão.

- Reforçar a especialização e as economias de escala através do melhoramento das infra-estruturas de transporte e comunicações e da facilitação produção orientada para exportação;
- Reforçar a concorrência através da redução de barreiras comerciais e eliminação das barreiras jurídicas e administrativas para abertura e encerramento de negócios.
- Estabelecer políticas para atrair o investimento directo estrangeiro como uma fonte para uma inovação técnica e de gestão.
- Facilitar a introdução, adaptação e desenvolvimento de tecnologias mais produtivas;
- Reduzir as distorções económicas através da criação de um sistema fiscal moderno baseado num tratamento justo aos investimentos alternativos.
- Evitar taxas de juro reais negativas, de modo a garantir que o sistema de preços canalize recursos financeiros para investimentos eficientes.

BARREIRAS AO INVESTIMENTO PRIVADO NA AGRICULTURA

Durante os últimos quinze anos, o Governo de Moçambique tem vindo a implementar inúmeras reformas inerentes ao reforço das forças de mercado, melhoria do ambiente negócio, e atracção de investimentos privados para o país. As reformas têm sido muito bem-sucedidas em muitos aspectos, tal como evidenciado pelos grandes investimentos em mega-projectos na indústria extractiva, na reactivação da indústria açucareira, e do elevado crescimento económico global registado na década passada. No entanto, persistem ainda sérios constrangimentos ao investimento privado que afectam todos os sectores da economia. Estas barreiras foram analisadas em vários relatórios e discutidas várias vezes em fóruns públicos, principalmente nas Conferências Anuais do Sector Privado (CASP) organizadas pela CTA. A gravidade dos constrangimentos é vista mais claramente através do baixo posicionamento de Moçambique nos principais rankings mundiais sobre ambiente de negócios. Especificamente, o Banco Mundial classifica Moçambique na 134ª posição num universo de 178 países no concernente ao *2008 Doing Business Ranking*, enquanto o Fórum Económico Mundial classifica na 128ª posição num total de 131 países relativamente ao Índice de Competitividade Global 2007-2008

Várias pesquisas às empresas têm sido conduzidas com intuito de obter dados sobre o desenvolvimento do sector privado e identificar os obstáculos à actividade empresarial em Moçambique. Por exemplo, em 2002, um estudo do Banco Mundial, envolvendo

cerca de 200 empresas industriais em Moçambique, encontrou os seguintes constrangimentos-chave para o investimento e produtividade²³:

- Dificuldade de acesso a financiamentos acessíveis;
- Sistema jurídico pouco fiável e ineficiente;
- Barreiras regulamentares e administrativas para fazer negócios, particularmente envolvendo o processo de importação/exportação, os regulamentos laborais e os direitos de uso e aproveitamento de terra;
- Altas taxas de impostos e complexidade da administração fiscal;
- Infra-estruturas inadequadas, especialmente de electricidade e transportes;
- Corrupção;

A réplica do inquérito, em 2006, pelo Ministério do Plano e Desenvolvimento constatou com sendo principais obstáculos ao “desempenho e crescimento das empresas”: o custo do crédito, instabilidade macroeconómica (então, um problema grave) e acesso ao crédito doméstico²⁴. O Banco Mundial está actualmente a concluir a nova Análise do Clima de Investimento, abrangendo 600 empresas, uma vez mais centrada na indústria manufactureira. Os resultados preliminares indicam que os três principais problemas desta vez são: a concorrência do sector informal, a dificuldade de acesso a financiamentos acessíveis, e a inadequada oferta de electricidade.²⁵

Problemas semelhantes, sem dúvidas, afectam igualmente o investimento em outros sectores. Mas os principais constrangimentos enfrentados pelos investidores rurais podem ser muito diferentes daqueles observados pelos empresários urbanos²⁶. Um recente estudo da KPMG/Moçambique, abrangendo mais de 600 empresas de 10 sectores e em seis províncias, mostra que os "factores críticos" no ambiente de negócios diferem por região e por tipo de actividade económica.²⁷ Dos cinco principais problemas citados pelas empresas industriais (corrupção, burocracia, importações ilegais, criminalidade e

²³ John Nasir e outros. *Pilot Investment Climate Survey: Mozambique's Industrial Performance and Investment Climate*, Banco Mundial, August, 2003.

²⁴ Direcção Nacional de Estudos e Análise Políticas, Ministério do Plano e Desenvolvimento, *Desenvolvimento de Empresas em Moçambique: Resultados baseados na Pesquisa a Indústria Manufactureira conduzida em 2002 e 2006*, Documento de Discussão, no 33E, Outubro de 2006, P.14.

²⁵ Apresentação do Banco Mundial na reunião do Grupo de Apoio ao Sector Privado (PSWG), 10 Junho, 2008, na USAID.

²⁶ Banco Mundial, *The Rural Investment Climate: it differs and it matters (2006)*, que uma visão geral do avaliação do clima de investimento nas zonas rurais em seis países: Sri Lanka, Nicarágua, Tanzânia, Indonésia, Benin e Etiópia.

²⁷ KPMG/Moçambique, *Índice de Ambiente de Negócios*, no. 19, 2008.

nível dos impostos), apenas um item, os impostos, também se encontra na lista dos cinco principais problemas da agricultura e pescas (inflação, taxas de juros, corrupção, impostos e legislação laboral).

Do trabalho de campo realizado para o presente estudo, três constrangimentos centrais ao investimento privado na agricultura foram salientados em praticamente todas as entrevistas: o direitos de uso e aproveitamento de terras, infra-estruturas e financiamentos acessíveis.²⁸

Direitos de Uso de Terra

Em Moçambique, a terra é propriedade do Estado, conforme uma exigência Constitucional. Assim, ao invés da posse da terra, os investidores obtêm o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), por um período de duração de 50 anos renováveis. Os Problemas relacionados com os DUATs foram mencionados, com destaque, em praticamente todas as entrevistas, e, muitas vezes, citados como o constrangimento número um ao investimento na agricultura. Curiosamente, o CPI relata que, em última instância, o processo actual funciona, pois os investidores têm conseguido, com sucesso, obter os DUATS. No entanto, o processo é difícil e demorado, podendo levar, por vezes, longos anos. Além disso, os DUATs rurais podem ser contestados pelos cidadãos inesperadamente alegando direitos anteriores à mesma terra. Estes problemas adicionam-se ao custo e a incerteza de investimento comercial na agricultura.

Pequenos agricultores enfrentam um problema oposto ao dos investidores comerciais, uma vez que negociam os direitos de uso das terras com os líderes que recorrem modalidades não tradicionais de concessão. Devido a ausência de segurança de propriedade da terra a longo prazo, os pequenos agricultores têm pouco incentivo para fazer investimentos de longo prazo, incluindo melhoria na qualidade do solo, desenvolvimento de sistemas de irrigação, ou a plantação árvores e culturas de longa maturação.

Os DUATs rurais não são livremente negociáveis; tais transacções envolvem um processo burocrático para aprovação oficial. Como resultado, a terra rural não pode ser utilizada como colateral para obtenção de créditos. A restrição também dificulta, severamente, o desenvolvimento de um mercado de terra rural, que é o mecanismo mais simples e eficaz de alocação de terras para utilização com a máxima produtividade.

O processo de DUATs também convida açambarcamento de terras por especuladores ricos ou bem posicionadas. Este problema surge porque os DUATs são emitidos com base em propostas de projecto e podem ser mantidos, desde que o concessionário implemente o plano de desenvolvimento (tais como trabalhos nas farmas ou construção),

²⁸ Veja, em anexo, a lista de contactos.

sobre uma porção da terra²⁹. Na ausência de um severo imposto sobre propriedade (incluindo sobre os direitos de uso da terra), os investidores têm um forte incentivo para solicitar mais terra do que pretendem efectivamente utilizar. Se os DUATs tornarem-se livremente negociáveis, os titulares estarão numa posição de fazer lucros generosos, sem praticamente nenhum custo.

A solução óbvia para este problema é impor uma taxa considerável de imposto sobre propriedades que iria desencorajar a manutenção de terras ociosas, pelo menos em determinadas zonas designadas ou mapeadas para investimentos comerciais de média e grande dimensão. Restringir a transaccionabilidade é um fraco mecanismo de criação de um mercado eficiente com incentivos adequados para uso produtivo da terra.³⁰

Infra-estruturas

Infra-estruturas inadequadas são um persistente constrangimento ao investimento na agricultura. A limitada disponibilidade e má qualidade das estradas e pontes rurais, do fornecimento de electricidade, infra-estruturas de comercialização e armazenamento, portos, linhas férreas e obras de irrigação aumentam significativamente o custo de estabelecimento e operacionalização das empresas agrícolas comerciais e, simultaneamente, reduzem o acesso a mercados nacional, regional e global lucrativos para os produtos da agricultura e da agro-indústria. Grandes investidores podem superar estes problemas investindo no desenvolvimento de infra-estruturas próprias, embora a elevados custos. Para as mais pequenas empresas agrícolas e, sobretudo, as explorações agrícolas familiares, a falta de infra-estrutura de apoio é muitas vezes um severo obstáculo ao desenvolvimento.

Por sua vez, o governo enfrenta sérios constrangimentos no financiamento e execução de projectos de expansão e melhoria (e manutenção) de infra-estruturas básicas de apoio ao desenvolvimento agrícola. As despesas públicas para este efeito concorrem para recursos orçamentais limitados com as demais exigências do sector público, incluindo os outros projectos de obras públicas e outras despesas necessárias para o apoio a agricultura. Uma alternativa para o alargamento da intervenção do sector público no desenvolvimento das infra-estruturas está relacionada com prossecução, sempre que possível, das parcerias

²⁹ Não obstante esta disposição, muitos concessionários não conseguem proteger os direitos de uso mediante as benfeitorias na porção das suas terras. O Clube de Moçambique revela que 95 das 287 concessões de terras na Província de Maputo foram cancelados pelo Governo em 2007. Veja Clube de Moçambique, *2007 Mozambique Year in Review*, página 9. Segundo algumas fontes, esta situação foi motivada por interesses políticos. Independentemente das motivações, a acção demonstrou que muitas concessões de terras não estão sendo usadas de forma produtiva - e que os direitos de uso da terra podem ser precários.

³⁰ Para um mais complete conjunto de recomendações em questões de terra, no entanto, não focalizado na agricultura, veja: John Bruce, *Land Use Rights for Commercial activities in Mozambique*, Nathan Associates, USAID/Moçambique, Projecto de Comércio e Investimento, Abril 2007, (<http://www.tipmoz.com/page.php?cat1=117&cat2=262&cat3=525>)

público-privadas, à semelhança do que já ocorre para os portos, linhas férreas, e a auto-estrada Maputo-Witbank. Esta abordagem está sendo igualmente seguida no concerne ao desenvolvimento do turismo em algumas áreas. Outra abordagem óbvia prende-se com o reforço dos procedimentos de contratação de serviços e bens públicos, com a finalidade de obter a melhor relação qualidade / preço.

O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008 (capítulo 4) salienta que muitos países em desenvolvimento estão carentes de despesas em infra-estruturas rurais, a fim de atribuir mais fundos para subsidiar insumos para os agricultores. Esta abordagem é politicamente oportuna, mas, na maioria das circunstâncias, é prejudicial para o objectivo de desenvolvimento sustentável da agricultura, porque bem orientadas as despesas em infra-estruturas teriam um retorno muito maior. Tendo em conta a dotação de fundos para infra-estruturas de apoio à agricultura, o governo também tem de tomar decisões difíceis sobre o tipo de projecto e localização. Esta decisão deve ser baseada na avaliação do custo e benefício das várias opções. Uma análise objectiva é susceptível de recomendar uma concentração de projectos de infra-estruturas rurais em determinadas áreas geográficas com relativamente elevada densidade populacional e elevado potencial de desenvolvimento agrícola.

Financiamento

Como mencionado anteriormente, todas as pesquisas às empresas identificam a falta de acesso a financiamentos baratos como o principal constrangimento para o desenvolvimento do sector privado em Moçambique³¹. A maioria dos inquéritos concentra-se em empresas industriais, mas o problema é ainda pior na agricultura devido a uma série de constrangimentos estruturais inerentes ao sector. Os factores envolvidos incluem, entre outros, a ausência de instalações bancárias nas zonas rurais, a falta de produtos financeiros adaptados aos riscos e padrões de fluxo de caixa da agricultura; fracas competências de gestão de negócios em todo sector, com a excepção das grandes empresas agrícolas; elevados custos operacionais inerentes a prestação de serviços financeiros tradicionais em pequenas dimensões para áreas com baixa densidade e pobres infra-estruturas de transportes e comunicações; e dos problemas subjacentes ao ambiente empresarial que aumentam grandemente o risco dos créditos e limitam as possibilidades de créditos viáveis para financiar investimentos agrícolas. Como resultado, poucas empresas agrícolas têm acesso a financiamentos, e aqueles que têm incorrem em elevadas taxas de juros reais e nominais. Além disso, o problema do acesso a financiamento não é limitado aos créditos; as empresas agrícolas também necessitam de conveniente acesso a serviços de depósito, de transacções e de seguros fiáveis e de baixo custo.

Embora as abordagens directas para a eliminação dos constrangimentos ao financiamento sejam superficialmente atraente, elas são, em termos fundamentais, incompatíveis com a

³¹ Esta secção baseia-se em Nathan Associates, *Financial Sector Constraints on Private Sector Development in Mozambique*, relatório técnico para USAID, Junho 2007, especialmente Capítulo 4, “*Expanding Access to Credit*”, e Capítulo 5 “*Expanding Access to Term Financing for Investment*”.

necessidade de uma solução sustentável. Em países com instituições fracas, como é o caso de Moçambique, intervenções directas são tipicamente ineficazes tanto em termos financeiros como de desenvolvimento, e também injusto por serem capturados por beneficiários influentes. Este é a experiência geral com os grandes subsídios de crédito à agricultura; com a exigência dos bancos concederem créditos para a agricultura (créditos dirigidos); com controlo das taxas de juro sobre créditos para a agricultura; e com a criação fundos geridos pelo Governo ou bancos especializados do Governo que concedem empréstimos de baixo-custo para a agricultura. Se o apoio financeiro directo, a partir do Governo, tenha que constar da agenda, é melhor disponibilizar o financiamento em forma de subvenções para o arranque de investimentos inovadores, ou garantias de empréstimos estruturados para actuar como um catalisador para estimular novas formas de financiamento a clientes não-tradicionais, ao invés de usar subsídios ou controlos que prejudicam o desenvolvimento de um sistema financeiro sólido e eficiente³².

Mesmo que não exista uma fórmula mágica para resolver estes problemas, muitas abordagens parciais merecem uma atenção especial. Estas incluem, entre outras coisas: facilitar o financiamento da cadeia de valor, como é feito nos sectores do algodão e do tabaco (embora com condições muito restritivas); ajudar aos bancos a aprender e adoptar técnicas de empréstimos não tradicionais adequadas para clientes agrícolas, incluindo a utilização de métodos de microfinanças e recibos de armazém; fomentar o desenvolvimento de serviços bancários digitais de baixo custo para as zonas rurais através de telemóveis, cartões inteligentes (*smark-cards*), pontos de terminais de serviços, e agente representante local; facilitar o surgimento de cooperativas de crédito e bancos de aldeia bem geridos para servir os pequenos produtores locais; e experimentar métodos inovadores de índice de base para o seguro de agrícola. É também essencial atacar os constrangimentos fundamentais da bancarização de investimentos agrícolas, abordando as outras questões identificadas no presente documento, sendo não menos importantes os problemas relativos aos direitos de uso da terra, infra-estrutura e instituições para reforçar o cumprimento de contratos e registo de propriedade. Todas estas abordagens são destinadas a criar condições sustentáveis de prestação de serviços financeiros para a agricultura.

Constrangimentos invocados nas entrevistas

Outros constrangimentos frequentemente citados pelos especialistas e profissionais entrevistados para o presente estudo foram: investigação agronómica e sistemas de informação; serviços de apoio ao mercado; problemas relacionado com questões laborais; Impostos; Preços dos combustíveis.

³² Neste âmbito, a USAID está a planear a oferta de capital para apoiar a criação de uma nova instituição financeira em Moçambique, copiando o bem sucedido modelo estabelecido pela *Latin American Agribusiness Development Corporation*.

Investigação Agronómica e Sistemas de Informação

Muitos investimentos na agricultura envolvem culturas familiares localizadas em áreas onde as condições agronómicas são tidas como favoráveis. Mas é essencial, também, fornecer informações sobre o inventário dos recursos para facilitar o investimento em novas culturas, novas variedades, bem como a expansão das culturas existentes para novas regiões. As informações geográficas e técnicas sobre zonas agronómicas e culturas potenciais são um bem público bastante valioso, merecendo, por isso, um forte apoio do Governo. O Governo iniciou recentemente um exercício de mapeamento das prioridades para o desenvolvimento da agricultura em todo o país. Este constitui um importante ponto de partida, mas, neste momento, este exercício não será acoberto de bases científicas na investigação aplicada sobre rendimentos potenciais e técnicas adequadas para o cultivo de diversas culturas em diferentes condições ecológicas.

A investigação aplicada é um requisito essencial para alcançar a Revolução Verde em Moçambique. Além disso, as evidências de outros países em desenvolvimento indicam que um bem gerido investimento público na investigação agronómica gera muito mais elevadas taxas de retorno do que a maioria das outras despesas públicas de apoio a programas desenvolvimento agrícola. Uma grande pesquisa envolvendo mais de 400 estudos sobre a Investigação e Desenvolvimento da agricultura encontrou como taxa média de rendibilidade económica nos países em desenvolvimento de 50 por cento por ano; a pesquisa incluiu 44 estudos sobre a África, com um retorno médio de 35 por cento por ano.³³ Existe igualmente uma necessidade de um conhecimento profundo e uma melhor informação pública - uma vez mais, como um bem públicos - sobre o potencial da silvicultura (especialmente para espécies menos conhecidas³⁴) e stocks de pescados.

Moçambique não tem investido significativamente na investigação e desenvolvimento agronómico. Um problema fundamental tem sido a dificuldade de recrutar e reter investigadores de alta qualidade aos níveis salariais da função pública. Este argumento sugere um modelo de parceria público-privado para descentralizar e fazer *outsourcing* da investigação, através de subvenções públicas. Esta parece ser a abordagem implementada pelo Ministério da Agricultura através do Instituto Nacional de Investigação Agrícola de Moçambique (IIAM).

A divulgação de informações técnicas - e informações sobre o mercado - é tão importante como a I & D. Para tecnologias de propriedades, incluindo variedades de sementes híbridas, o sector privado é o mais eficiente mecanismo de difusão para os agricultores comerciais de média e grande escala. Porém, é mais problemático depender dos incentivos do mercado para disseminar informação técnica para os pequenos agricultores

³³ R.E Evenson, "The economic Impact of Agriculture Research and Extension," in B.L Gardner and G.C Rausser (eds), *Handbook for Agricultural Economics*, North Holland: Rotterdam, 2001, pp.574-662. Veja também Stephen Haggblade, *Returns on Investments in Agriculture*, Policy Synthesis No. 19, Food Security Research - Zambia Project 2007.

³⁴ Nathan Associates, *Improving the Competitiveness of Timber and Wood Sector in Mozambique*, Relatório Técnico para a USAID, Outubro de 2006.

pobres e muito dispersos em áreas rurais. Isto inclui informações sobre sementes de alto rendimento, alguns dos quais já foram desenvolvidas para as condições em Moçambique. Infelizmente, os serviços de extensão geridos pelo Governo são tipicamente ineficazes em países como Moçambique com fracas instituições, baixo orçamento, e muito baixa remuneração dos funcionários públicos³⁵. Aqui, também, um modelo de subcontratação poderia ser a melhor abordagem, embora os constrangimentos orçamentais obriguem uma priorização mais cuidada. Além disso, a expansão da tecnologia de informação (IT) e dos serviços de comunicações para as zonas rurais será cada vez mais importante como fonte de informação para os agricultores.

Serviços de Apoio ao Mercado

O desenvolvimento, como sucesso, de qualquer cadeia de valor exige um conveniente e fácil acesso a uma variedade de serviços de apoio a mercado. Estas sinergias de mercado são frequentemente classificadas em termos de "*clusters*". Potenciais investidores agrícolas em Moçambique revelam que os serviços necessários são escassos ou totalmente ausentes. Por exemplo, muitos dos investidores, que vieram para Moçambique, para estabelecer farmas comerciais após deixar o Zimbabwe, encontraram problemas devido à falta de serviços de apoio a que tinham acesso imediato no Zimbabwe através do sector privado, ou de organizações de agricultores, ou de agências do governo. Os problemas incluíam os serviços relativos ao fornecimento de insumos, armazenamento, comercialização, gestão empresarial, aquisições e reparação de equipamentos, transportes, contabilidade e reembolso de impostos³⁶. Esta falta de serviço não só diminui os retornos esperados sobre o investimento na agricultura, mas também reforçam as restrições de financiamento imperando a "bancarização" dos investimentos.

Sucesso na produção de produtos agrícolas para o mercado de exportação, e mesmo para a gama alta do mercado interno, também exige a adesão a padrões de qualidade estabelecidos e das normas fitossanitárias. Grandes empresas agrícolas podem lidar com estes requisitos de forma independente, como é o caso das exportações de bananas à África do Sul. Elas também podem providenciar os serviços necessários para os pequenos agricultores envolvidos em esquemas associados de produção, como é feito com algodão, tabaco e castanha de caju. No entanto, pode haver uma necessidade do Governo facilitar o fornecimento ou o acesso às instituições reconhecidas internacionalmente para aplicar, fiscalizar e certificar o cumprimento de normas, de preferência através entidades baseadas em mercados ou regionais, sempre que possível. Com poucas excepções (como

³⁵ Banco Mundial (2005), *Agricultural Growth for the Poor*, p.65.

³⁶ É certo que estes não eram os únicos problemas. Alguns dos agricultores também tomaram decisões erradas de negócios em termos de localização relativa às vias de transporte e abastecimento de água, bem como a escolha das culturas em relação às condições ecológicas locais. Eles também tiveram problemas com a língua. Fonte: entrevistas com quatro fontes que tiveram experiência em primeira-mão de trabalhar com farmers Zimbabwianos.

a documentação veterinária sobre a febre aftosa), estes serviços são muito fracos ou inexistentes.

Problemas laborais

Várias fontes citaram vários problemas relacionados questões laborais como constrangimentos adicionais aos investimentos na agricultura comercial e no valor acrescentado através da agro-indústria. Um problema é a qualidade do trabalho. Evidências da produção comercial de bananas, algodão e castanha de caju indicam níveis muito baixos de produtividade do trabalho em Moçambique, em comparação com os países concorrentes³⁷. Embora o trabalho agrícola envolva mais trabalho não qualificado usando técnicas simples, persistem problemas de produtividade e absentismo, em especial para contratações locais que têm obrigações para com as suas famílias e as suas próprias machambas. Em parte, esse problema tende a ser associado aos problemas de saúde dos trabalhadores e dos seus familiares, incluindo a alta prevalência do HIV/ SIDA em Moçambique. Outra limitação do trabalho prende-se com a dificuldade de encontrar nas zonas rurais trabalhadores com competências de gestão ou com educação suficiente para serem treinados como gestores da agricultura comercial.

Duas áreas relativas a regulamentação laboral também impõem graves problemas para os investidores. Primeiro, a lei impõe altos custos para redução de trabalho, mesmo se as condições de mercado forem adversas. Tendo em que o trabalho é efectivamente um custo fixo devido a essas restrições ao invés de variável, os potenciais investidores vêem retornos potenciais mais baixos e riscos mais elevados. Em segundo lugar, os investidores também enfrentam consideráveis riscos de negócios relativos ao salário mínimo, que é actualizado anualmente através de uma negociação centralizada. Nos últimos anos, o salário mínimo para a agricultura tem vindo a aumentar na ordem dos dois dígitos. Com uma taxa de câmbio nominal relativamente estável, o reajuste salarial traduz-se num custo unitário de trabalho maior, criando uma desvantagem competitiva no mercado de exportação, bem como para a concorrência com as importações no mercado doméstico³⁸.

Impostos

Reclamações sobre Impostos são comuns nos inquéritos às empresas. No entanto, esta constatação mencionada como um constrangimento neste estudo é surpreendente, porque o imposto sobre rendimento em Moçambique é extremamente favorável para a agricultura. Para ser mais específico, as empresas agrícolas suportam uma taxa de

³⁷ Fonte: entrevistas de campo.

³⁸ Esta é uma manifestação conhecida como o problema de *dutch disease* das doenças, que surge na forma clássica, quando grandes fluxos de divisas geradas pelas exportações mineiras provocam uma apreciação real da taxa de câmbio, que prejudica a competitividade e o potencial de mercado para muitas outras actividades produtivas.

imposto sobre rendimentos de 10 por cento até 2010. O Código de Benefícios Fiscais prevê uma redução de 80 por cento em 2012 para os investimentos aprovados na agricultura (incluindo pecuária), deixando uma alíquota fiscal de apenas 2 por cento. Para efeitos comparativos, a taxa normal de imposto sobre rendimento de empresa em Moçambique situa-se em 32 por cento. Tendo em conta os créditos de investimento e provisões de perda, uma empresa agrícola bem gerida não deveria pagar imposto sobre rendimentos no seu todo.

No entanto, outros aspectos sobre sistema tributário causam problemas para os investidores em circunstâncias particulares. Assim, as pequenas empresas que estão sujeitas ao regime de tributação simplificada pagam uma taxa fixa de 5 por cento sobre o volume de negócios estimado. Tal pode ser muito oneroso para as empresas que operam com pequena margem de lucro. Para as empresas agrícolas e agro-indústrias com direitos legítimos de reembolso do IVA, muitas vezes enfrentam longos atrasos no processo de reembolso adicionando aos custos e à incerteza de se fazer negócios em Moçambique³⁹.

Existe também um imposto especial de 18 por cento sobre a exportação de castanha de caju em bruto; este reduz o custo de aquisição da castanha bruta para os processadores de caju e fornece fundos para o Instituto de Caju (INCAJU), com o objectivo de apoiar o desenvolvimento desta indústria; No entanto, esta sobretaxa provoca a redução do preço do caju dos produtores, prejudicam os incentivos para o investimento na replantação e manutenção do pomar, e reduzem os rendimentos de muitos pequenos agricultores. Há também uma taxa de 2,5 por cento sobre a receita bruta das empresas de transformação de algodão; esta taxa também é destinada a realimentação para o apoio ao desenvolvimento do sector algodoeiro, mas os líderes da indústria revelam que não recebem nada de valor em troca do pagamento.

Outra queixa tem a ver com o facto de que a redução dos direitos de importação sobre bens de capital (importações da classe K) prevista no Código de Benefícios Fiscais não parece ser eficaz para os equipamentos comprados nos comerciantes internos ao invés dos importados directamente pela empresa agrícola. Tal dilui o benefício do incentivo.

Duas outras questões fiscais são importantes para notar, apesar de não terem sido mencionadas em nenhuma das entrevistas. Primeiro, em termos económicos, as tarifas sobre as importações de bens de consumo e taxa de câmbio sobrevalorizada, ambas actuam como um eficiente (implícito) imposto na agricultura através do aumento do preço dos insumos, incluindo trabalho⁴⁰. Segundo, pode-se argumentar que os actuais incentivos fiscais para a agricultura sejam excessivamente generosos, sendo que as

³⁹Há histórias não confirmadas sobre alguns potenciais investidores que se afastaram de Moçambique devido somente a esta razão.

⁴⁰ O Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2008 do Banco Mundial enfatiza este ponto na seção sobre "tributação agrícola nos países em desenvolvimento", p. 98.

empresas agrícolas rentáveis deveriam suportar de forma justa uma parte dos custos dos serviços e bens públicos, como qualquer outra empresa rentável ou agente económico que recebe rendimentos. No mínimo, o governo deveria colocar em prática um sistema de monitorização e reporte das “despesas fiscais” implícitas nestes benefícios fiscais. Este termo é usado para destacar o facto de que um benefício sob a forma de redução de impostos é funcionalmente equivalente a um subsídio em termos do seu efeito sobre o orçamento do governo e da rentabilidade de uma empresa beneficiando desse incentivo. A próxima revisão da despesa pública deveria, deste modo, incluir uma análise das despesas fiscais⁴¹.

Preços dos combustíveis

Os preços dos combustíveis têm, obviamente, efeitos sobre a rentabilidade dos investimentos agrícolas, especialmente para as pescas e para a agricultura comercial, que estão fora da rede de energia eléctrica e dependem de geradores para a electricidade. Considerando que os preços dos combustíveis têm sido crescentes, é surpreendente que esta questão não tenha sido colocada com muita frequência. Pelo mesmo motivo, há muito pouco que o governo poderia fazer para mitigar os efeitos adversos do aumento dos combustíveis, com excepção de proporcionar eventualmente um relaxamento temporário do imposto sobre os combustíveis para atenuar o processo transitório. Fundamentalmente, a economia deve-se ajustar ao que, neste momento, parece ser uma alteração estruturalmente duradoura no mercado mundial de petróleo (apesar das previsões de mercado, muitas vezes, acabam por ser erradas).

Outras Questões

As seguintes questões enfrentadas pelos investidores na agricultura foram mencionadas com menos frequência nas entrevistas de campo, mas não deixam de ser dignas de registo:

- **Burocracia.** Já destacamos a burocracia relativa aos direitos de propriedade, mas também há problemas de atrasos burocráticos na aprovação de licenças, autorizações para os trabalhadores estrangeiros, e procedimentos aduaneiros, entre outros. Seria muito útil se alguns doadores trabalhassem com o governo para produzir um *Road Map* de Investidores para a agricultura.
- **Gestão dos Recursos Naturais.** A sustentabilidade ambiental é uma preocupação importante para indústrias baseadas em recursos naturais, incluindo a agricultura. A questão é particularmente saliente em relação à necessidade de protecção de

⁴¹ Um exemplo interessante é o diferencial de royalty cobrado sobre toras de madeira serrada versus verde, o que gerou uma perda de receitas e um incentivo para que empresas madeireiras para investir em operações de serragem que realmente reduzir o valor das exportações de Moçambique madeira. Ver Nathan Associates, melhorando a competitividade do sector da madeira e madeira em Moçambique, Relatório técnico de USAID, outubro de 2006, 26

recursos "comuns" tais como o *stocks* pesqueiros, florestas naturais e abastecimento de água.

- ***Doença e prevenção de pragas.*** Doenças e pragas que afectam culturas e os animais podem ter um efeito grave e generalizada na produção agrícola. Isso tem sido evidenciado nos últimos anos com os problemas afectando a produção de coco, mandioca, caju, e de aves, para não mencionar episódios devastadores da febre aftosa e a doença das vacas loucas em outros países. As grandes empresas podem lidar com esses problemas internamente, mas o problema não pode ser deixado para sector privado devido as externalidades iminentes. No entanto, o Ministério da Agricultura tem actualmente um orçamento muito limitado para a prevenção de doenças e pragas.
- ***Direitos de Água.*** Uma das grandes atracções para o investimento agrícola em Moçambique está na disponibilidade abundante de água em muitas regiões. Mas mal-definidos os direitos da água criam sérios riscos para os investidores. O problema pode ser resumido no seguinte exemplo: se um investidor estabelece uma empresa agrícola com uma fonte de água aparentemente fiável e mais tarde descobre que um outro investidor a montante está desviar uma grande quantidade de água, será que a empresa agrícola possui algum direito sobre a água? Como é que este litígio pode ser resolvido?

5. Implicações para a Gestão da Despesa Pública

Moçambique tem um potencial enorme para atrair o investimento privado na agricultura, mas também existe sérios constrangimentos que reduzem os retornos e aumentam os riscos dos investimentos no sector a todos os níveis, desde a agricultura familiar aos grandes agricultores comerciais. Algumas das restrições têm implicações imediatas para a despesa pública na agricultura, enquanto outras têm implicações importantes que não envolvem programas que necessitem de despesas, como tal.

Uma verificação sobre a lista de restrições em termos gerais, duas conclusões normalmente se destacam. Primeiro, o enfoque central para as despesas do governo deve ser a provisão de bens públicos que são necessários para facilitar e estimular o investimento na agricultura e o crescimento da economia rural. A lista inclui as despesas em infra-estruturas bem orientadas e o aumento significativo de fundos para investigação agronómica e serviços de extensão, preferencialmente através de parcerias público-privada.

Segundo, as despesas públicas podem servir como um catalisador para as inovações que podem ser adoptadas pelo sector privado para superar as imperfeições do mercado que afectam economia rural. Tal inclui medidas para facilitar o desenvolvimento da cadeia de valor, a introdução de técnicas inovadoras para providenciar serviços financeiros de baixo custo, e estabelecimento de uma rede do sector privado para fornecimento de serviços auxiliares e vitais para o sector da agricultura, entre outros. O conceito aqui é apoiar desenvolvimento de instituições de mercado mais eficientes nas áreas onde a resposta da oferta do sector privado é fraca - mas não para substituir o mercado por meio de programas governamentais que possam vir a ser insustentáveis e ineficientes⁴².

Além de identificar as restrições ao investimento privado na agricultura e sugerir opções programáticas para abordar os problemas de fundo, o presente documento também revisitou os dados disponíveis sobre os investimentos a nível do sector e subsector; e identificou possíveis abordagens para fornecer dados para um melhor monitoria da

⁴² Esse ponto é destaque no Banco Mundial, *Crescimento Agrícola para os Pobres: Uma Agenda para o Desenvolvimento* (2005), 55-59.

eficácia das despesas públicas no desenvolvimento agrícola. As recomendações incluem a modificação dos sistemas de dados para obter estatísticas mais desagregados sobre o investimento directo estrangeiro e investimento interno bruto, acrescentando perguntas nas pesquisas do TIA para obter melhores informações sobre os investimentos dos agricultores de pequena e média escala, e coordenando as questões sobre investimento usados no TIA e nos Inquéritos Anuais as Empresas.